



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA

EDITAL DE LICITAÇÃO

RDC ELETRÔNICO Nº 05/2021
SERVIÇOS DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE MEDIDAS, PLANOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS DEFINIDOS NO PROJETO BÁSICO AMBIENTAL – PBA DO RAMAL DO APODI – TRECHO IV DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL – PISF
DADOS DO RDC ELETRÔNICO DATA DA SESSÃO: às 10:00 (dez horas), do dia 23/02/2022 MODO DE DISPUTA: ABERTO REGIME DE CONTRATAÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TÉCNICA E PREÇO VALOR ESTIMADO: R\$ 57.071.063,86 (cinquenta e sete milhões, setenta e um mil, sessenta e três reais e oitenta e seis centavos)
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA DE HÍDRICA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, 9º ANDAR, SALA 923, BRASÍLIA – DF FONES: (061) 2034-4070 / 2034-4071 HOME PAGE: http://sisel.mdr.gov.br/consulta_edital.php

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59000.013642/2020-73)

Torna-se público que a **SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA** do **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR**, por meio da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**, doravante **CPL**, sediada na Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 9º Andar, Sala 923, Brasília – DF, realizará Licitação, na modalidade RDC, na forma ELETRÔNICA, em modo de disputa ABERTO, com critério de julgamento TÉCNICA E PREÇO, no regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, nos termos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011; do Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011; do Decreto 8.080, de 20 de agosto de 2013; da Lei nº 12.980 de 28 de maio de 2014; da Lei nº 13.190, de 19 de novembro de 2015; da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; da Lei nº 11.488, de 15 de junho de

2007; do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015; aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Data da Sessão: **23/02/2022**

Horário: **10:00 h**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – (www.comprasgovernamentais.gov.br).

1. OBJETO E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

1.1. O objeto da presente Licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para os **“SERVIÇOS DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE MEDIDAS, PLANOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS DEFINIDOS NO PROGRAMA BÁSICO AMBIENTAL – PBA DO RAMAL DO APODI – TRECHO IV DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL – PISF”**, conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas nos projetos e demais documentos anexos a este Edital.

1.2. O Edital e seus Anexos poderão ser retirados no Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 9º Andar, Sala 923, Brasília – DF, no horário de 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:30 horas, Fones: (61)2034-4070 / 2034-4071 ou nos sites http://sisel.mdr.gov.br/consulta_Edital.php e <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

1.3. Os elementos técnicos serão disponibilizados no site http://sisel.mdr.gov.br/consulta_Edital.php e também poderão ser retirados no endereço e nos horários citados no item 1.2, devendo o interessado fornecer mídia digital para armazenamento dos arquivos, não sendo necessária a identificação da Empresa ou do Representante.

1.4. Os esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus Anexos, poderão ser solicitados, exclusivamente via e-mail, no endereço eletrônico psf.licitacao@mdr.gov.br, até **5 (cinco) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da Licitação.

1.5. A resposta da Comissão de Licitação aos esclarecimentos será divulgada mediante publicação no site do Ministério, no caderno de perguntas e respostas disponível no endereço http://sisel.mdr.gov.br/consulta_Edital.php, publicado até o dia anterior da abertura da sessão pública deste certame, ficando as Empresas interessadas em participar do certame obrigadas a acessar o endereço para a obtenção das informações prestadas.

1.6. A descrição dos serviços que correspondem ao objeto desta Licitação está contida no Anexo III – Termo de Referência, do Edital.

1.6.1. Os serviços e fornecimentos, objeto da presente Licitação, compreendem a execução de todas as atividades necessárias para a sua conclusão, conforme Anexos deste Edital.

2. PREÇO E DA FONTE DE RECURSO

2.1. O orçamento global estimado para o objeto da Licitação é de **R\$ 57.071.063,86 (cinquenta e sete milhões, setenta e um mil, sessenta e três reais e oitenta e seis centavos)**, sendo a data-base de **julho de 2021**. No Orçamento Referencial do Ministério, Anexo V deste Edital, estão incluídos todos os custos, o BDI e o percentual de taxa de risco.

2.2. O orçamento do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR é estimativo, devendo o Licitante elaborar o orçamento por ela considerado necessário e suficiente à devida execução do objeto da presente Licitação. A responsabilidade pelos itens de serviços e fornecimento, insumos e produtividades, quantitativos e despesas diretas e indiretas, inseridos no orçamento é do Licitante, que deve considerar, em sua proposta, todos os elementos necessários à consecução do escopo do certame em questão.

2.3. Serão fornecidos aos Licitantes os documentos técnicos, conforme os anexos deste Edital, de forma a possibilitar aos Licitantes a responsabilidade pelo levantamento destes quantitativos e elaboração do respectivo orçamento.

2.4. As despesas para atender a esta Licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o **exercício de 2021**, na classificação abaixo:

Dotação Orçamentária: **LOA nº 14.144, de 22 de abril de 2021.**

Programa de Trabalho: **18.544.2221.5900.0020.**

Fonte: **0100.**

Elemento de Despesa: **44.90.51.**

3. CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no Decreto no 3.722, de 9 de janeiro de 2001.

3.2. O Cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

3.3. O Credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do Licitante ou de seu Representante Legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este RDC.

3.4. O Licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu Representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da Licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, após implementadas diligências ordinárias.

3.6. No caso de participação de Empresas em Consórcio, o credenciamento e a operação do sistema eletrônico devem ser realizados pela Empresa líder do Consórcio.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste procedimento interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no Art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os Licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta Licitação os interessados:

- a. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
- c. pessoa jurídica estrangeira que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

- d. o servidor público ou ocupante de cargo em comissão do MDR ou Responsável pela Licitação (o disposto neste subitem se aplica aos Membros da Comissão de Licitação);
- e. cujos Diretores, Responsáveis Legais ou Técnicos, Membros de Conselho Técnico, Consultivo ou Administrativo ou Sócios, pertençam, ainda que parcialmente, de empresa de mesmo grupo, ou mais de uma empresa, participando desta Licitação (caso seja constatada tal situação, ainda que “a posteriori”, o Licitante será desqualificado, ficando esta e seus Representantes incursos nas sanções previstas no Art. 47 da Lei nº 12.462/2011);
- f. que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 36 da Lei nº 12.462/2011 e Art. 3º do Decreto nº 7.581/2011;
- g. que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, fusão, cisão ou incorporação, observado o disposto no item Qualificação Econômico-Financeira deste Edital (só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial ou extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo de recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o Certame);
- h. participação concomitante de Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos produtos, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

4.3. É vedada a contratação de uma mesma Empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses serviços exigirem a segregação de funções, tais como serviços de execução e de assistência à fiscalização, assegurando a possibilidade de participação de todos os Licitantes em ambos os itens e seguindo-se a ordem de adjudicação entre eles (ou lotes/grupos) indicada no subitem seguinte.

4.3.1. Entende-se por serviços que exijam a segregação de funções, aqueles relacionados a execução das obras do Ramal do Apodi e aqueles relacionados a supervisão /fiscalização das obras do Ramal do Apodi e aos serviços de engenharia consultiva do Ramal do Apodi.

4.4. É vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de (para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, Art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e Art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010)):

- a. detentor de Cargo em Comissão ou Função de Confiança que atue na Área Responsável pela Demanda ou Contratação;
- b. de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do Órgão Contratante.

4.5. Nenhum Licitante poderá participar desta Licitação com mais de uma Proposta.

4.6. É vedada a participação direta ou indireta na Licitação, de pessoa física ou jurídica que atue no Gerenciamento do Empreendimento (para fins do disposto neste item, considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o Licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se o fornecimento de bens e serviços a estes necessários) ou serviços de engenharia consultiva no âmbito da implantação das obras do sistema adutor do Ramal do Apodi.

4.7. Como condição para participação no RDC, o Licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49:
 - a.1) nos itens exclusivos para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
 - a.2) a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o Licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa;
- b. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos;
- c. que cumpre os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- d. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- e. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- f. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- g. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art.1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal;
- h. que os serviços são prestados por Empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para Pessoa com Deficiência ou Para Reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no Art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.8. O Licitante deve apresentar declaração de ciência da exigência de que a Contratada deve conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da Licitação, para os servidores ou empregados do Órgão ou Entidade Contratante e dos Órgãos de Controle Interno e Externo, nos termos do Art. 8º, § 2º, III, do Decreto nº 7.581, de 2011.

4.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o Licitante às sanções previstas em Lei e neste Edital.

4.10. A participação na presente Licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade de todas as informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

4.11. Nos casos de emissão de declaração falsa, o Licitante estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no Art. 229 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos Art. 90 e 93 da Lei nº 8.666/93, além de ser punido administrativamente, conforme sanções previstas no presente Edital.

4.12. Os arquivos a serem enviados pelo Sistema COMPRASNET em meio eletrônico, relativos a todos os documentos requeridos para a Proposta do Licitante, não deverá exceder o tamanho de 50 Mb (cinquenta megabites), podendo ser incluídos quantos arquivos forem necessários desde que não ultrapassem este limite.

5. PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

5.1. Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em Consórcio com empresas nacionais ou estrangeiras, que possuam na data de apresentação de propostas, patrimônio líquido, comprovado conforme item 14.6.4.d) deste Edital.

5.1.1. A Comprovação de Qualificação Econômico-Financeira do Consórcio, no tocante ao patrimônio líquido, ocorrerá por demonstração, pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, com o acréscimo de 30%, na proporção da respectiva participação.

5.1.2. O acréscimo previsto no subitem anterior não será aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em consonância com o Art. 51, § 6º, do Decreto nº 7.581/2011.

5.2. A participação de pessoas jurídicas organizadas em Consórcio fica limitado a **3 (três) Empresas**, devendo ser apresentado, para fins de habilitação, a comprovação de Compromisso Público ou Particular de Constituição de Consórcio, subscrito pelos Consorciados e com indicação da Pessoa Jurídica Responsável pelo Consórcio (Empresa Líder), sendo esta, necessariamente, Empresa de Engenharia, atendidas as condições previstas no Art. 51 do Decreto nº 7.581 de 11 de outubro de 2011 e aquelas estabelecidas neste Edital.

5.3. Os consórcios deverão ser constituídos sob as leis brasileiras.

5.4. O Compromisso de Constituição do Consórcio, deverá ser apresentado por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a Empresa Líder e estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo Consórcio, com a indicação do percentual de responsabilidade de cada Membro do Consórcio, bem como a etapa da participação na execução dos serviços, objeto desta Licitação.

5.5. As Empresas Componentes dos consórcios deverão:

- a. atender individualmente aos critérios de qualificação previstos neste Edital relativos à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e aos requisitos contábeis;
- b. satisfazer as exigências de qualificação econômico-financeira;
- c. satisfazer conjuntamente a todos os critérios de qualificação técnica, admitindo-se o somativo de quantitativos de cada consorciado;
- d. comprometer-se a não alterar a constituição ou composição do Consórcio, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação, salvo aprovação expressa pelo MDR;
- e. apresentar compromisso de que não se constituem e nem se constituirão, para fins de Consórcio, em pessoa jurídica distinta, e de que o Consórcio não adotará denominação própria, diferente de seus integrantes.

5.6. Fica vedada a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um Consórcio e a participação isolada da consorciada, bem como de profissional em mais de uma Empresa, ou em mais de um Consórcio.

5.7. No Consórcio de Empresas Brasileiras e Estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à Empresa Brasileira, observado o disposto no Inciso II do caput do Art. 51 do Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011.

5.8. A Empresa Estrangeira deverá atender as Resoluções nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, e 1.050, de 13 de dezembro de 2013, ambas do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

5.9. A Pessoa Jurídica ou Consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente Licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.

5.10. O prazo de duração do Consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva.

5.11. Os Consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do Contrato decorrente desta Licitação, o Instrumento de Constituição e o Registro do Consórcio, aprovado por quem tenha poderes em cada uma das Empresas. O Contrato de Consórcio deverá observar, além dos Dispositivos Legais e cláusula de Responsabilidade Solidária, as cláusulas deste Edital, especialmente as constantes deste item de participação sob a forma de Consórcio.

5.12. Para a participação em Consórcio, será permitida a utilização de impresso padronizado do Consórcio, criado especialmente para a apresentação das propostas do presente Processo Licitatório, bem como a utilização dos impressos próprios das Empresas Participantes do Consórcio, ou ainda, será permitido fazer usos das duas formas de apresentação de impressos aqui mencionadas.

5.13. Para a participação em Consórcio, será permitida a utilização de impresso padronizado do Consórcio, criado especialmente para a apresentação das propostas do presente Processo Licitatório, bem como a utilização dos impressos próprios das Empresas Participantes do Consórcio, ou ainda, será permitido fazer usos das duas formas de apresentação de impressos aqui mencionadas.

6. SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Será permitida a subcontratação do objeto licitado, se previamente aprovada pelo Contratante, e que não constitua o escopo principal do objeto, restrita, contudo, ao percentual máximo de 30% (trinta por cento) do total do valor contratado.

6.2. A Empresa indicada como Subcontratada pelo Licitante Contratada deverá, antes do início da realização dos serviços, apresentar documentação que comprove a sua habilitação jurídica e regularidade fiscal, nos termos previstos neste Edital. Deverá ainda, comprovar sua qualificação e capacidade técnica com documentos aplicáveis a sua área de atuação para a qual se habilita como Subcontratada.

6.3. A Subcontratação de que trata este item do Edital não exclui as responsabilidades legais e contratuais do Licitante Contratada perante o Contratante quanto à qualidade técnica dos serviços prestados.

7. ENVIO DA PROPOSTA

7.1. O Licitante deverá encaminhar sua Proposta de Preços Inicial, contendo o Valor Total em moeda Real (R\$), com valor proposto tendo como referência o mês do orçamento do MDR, exclusivamente por meio do Sistema COMPRASNET, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

7.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário do Sistema COMPRASNET.

7.3. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema COMPRASNET, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

7.4. Incumbirá à Licitante acompanhar todas as operações no Sistema COMPRASNET e no site do MDR (http://sisel.mdr.gov.br/consulta_edital.php), ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema COMPRASNET ou de sua desconexão.

7.5. Até a abertura da sessão, os Licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

7.6. O Licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no Sistema COMPRASNET, dos seguintes campos:

- a. Valor Total da Proposta;

b. Descrição Detalhada do Objeto, conforme requerido no Edital.

- 7.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.
- 7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
- 7.9. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais Licitantes.
- 7.10. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame, será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o Licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.
- 7.11. Quaisquer elementos que possam identificar o Licitante importarão na desclassificação de sua proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 7.12. O Preço Proposto será de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração deste sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.13. Nos Preços Propostos deverão estar incluídos todos os custos, especialmente as despesas com seguros, transporte interno e externo de pessoal e materiais, carga, transporte e descarga de materiais, mão de obra, leis sociais, alimentação, veículos, ferramentas, custos operacionais, e encargos (previdenciários, trabalhistas, tributários e comerciais), que incidam, direta ou indiretamente, sobre os fornecimentos, obras e serviços, objeto deste Edital. No caso de qualquer omissão, considerar-se-á incluso nos preços ofertados.
- 7.14. O Licitante deverá utilizar, sempre que possível, nos valores propostos, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução das obras/serviços, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação. Deverá também adotar práticas gerenciais e medidas preventivas na prestação do serviço, com base nos princípios de inovação e levando em consideração a origem regular dos recursos naturais, que visem a maior eficiência na utilização dos recursos naturais como água e energia.
- 7.14.1. Deverão ser observadas as práticas de sustentabilidade, sempre quando couber, previstas no Art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.
- 7.15. É de inteira responsabilidade do Licitante, obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza, devidas para os serviços, objeto desta Licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.
- 7.16. Os Licitantes deverão observar o cumprimento das diretrizes e ações previstas, examinando os anexos a este Edital, referentes a especificações, normas de pagamento que digam respeito a fornecimentos, obras, serviços e canteiros.
- 7.17. As Diretrizes Ambientais Básicas a serem seguidas pelas Empresas quando da execução das obras e serviços constam nos Projetos Básicos Ambientais, à disposição dos Licitantes. Outros Programas Ambientais relacionados diretamente com a atuação das Empresas no processo de construção das obras e execução dos serviços integrantes deste Edital e que estão igualmente disponíveis para consulta pelos Licitantes, são aqueles relativos aos Canteiros e seus licenciamentos.

8. REGRAS DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

- 8.1. Após a divulgação do Edital, os Licitantes deverão encaminhar Proposta Técnica, juntamente com a Proposta de Preços Inicial.
- 8.2. O Licitante deverá encaminhar a Proposta Técnica anexando-a, em arquivo no formato zipfile (.zip), cujo nome do arquivo deverá iniciar com a palavra Proposta Técnica RDC 05/2021 (ex.: Proposta Técnica RDC 05-2021.zip). O tamanho da Proposta Técnica, incluindo possíveis alterações ou

complementações, **NÃO PODERÁ EXCEDER a 50MB**, podendo ser incluídos quantos arquivos forem necessários na pasta compactada, desde que não ultrapasse este limite.

8.3. Os documentos da Proposta Técnica deverão ser organizados e apresentados conforme sumário apresentado no Anexo I – Modelos da Proposta bem como adequados aos critérios estabelecidos no Anexo IV – Critérios de Elaboração e Julgamento da Proposta Técnica.

8.4. O detalhamento da Proposta Técnica, que deverá incluir o Termo da Proposta Técnica, se limitará a Textos, Currículos e Respectivas Declarações de Anuência, Atestados Técnicos, Certidões de Acervo Técnico – CAT e Demais Formulários exigidos nesse Edital, conforme critérios estabelecidos no Anexo IV – Critérios de Elaboração e Julgamento da Proposta Técnica.

8.5. Na Proposta Técnica não poderá haver menção a preços, sob pena de desclassificação.

8.6. Todos os documentos, seja de origem digital ou digitalizados, deverão estar legíveis, bem como gráficos e tabelas neles contidos, podendo no caso de baixa qualidade serem disponibilizados para a Comissão permanente de Licitação e para todos os demais licitantes em qualidade superior em um link para download, acessível a todos os licitantes.

8.7. O Licitante deverá destacar nos Atestados e Certidões de Acervo Técnico – CAT apresentados, através de grifos, os serviços, valores e datas que atendem as exigências do presente Edital.

8.8. A indicação da Equipe Técnica do Licitante deverá estar acompanhada de Currículo Profissional e de Declaração autorizando sua inclusão na equipe proposta. Os documentos deverão estar apresentados conforme os Modelos constantes do Anexo I – Modelos da Proposta.

8.9. A composição da Equipe Técnica do Licitante lograda como vencedora do certame e contratada para a realização dos serviços só poderá ser alterada por motivo superveniente, caso fortuito ou de força maior, sempre por profissional de perfil equivalente ou superior ao proposto, mediante prévia autorização do Contratante, consoante o Art. 13, § 3º da Lei nº 8.666/93.

8.9.1. Quando da substituição do profissional, a respectiva nota será recalculada, nos termos do Anexo IV – Critérios de Elaboração e Julgamento da Proposta Técnica, comparada à nota original do profissional que integrava a equipe, que deverá ser igual ou superior àquela obtida à época do julgamento da proposta do Licitante.

8.10. Os profissionais indicados pelo Licitante para compor a Equipe Técnica, **DEVERÃO EFETIVAMENTE ATUAR DIRETAMENTE NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONSTANTES DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO**, não sendo admitida sob qualquer hipótese a apresentação de Currículos, CAT e Atestados para mera pontuação da Nota da Proposta Técnica – NPT.

8.11. Os Atestados e/ou Certidões de Responsabilidade Técnica deverão:

- a. estar de acordo com o Título e as Atribuições definidas no Decreto Federal nº 23.569/1933, na Lei nº 5.194/1966, na Resolução nº 1.025 de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, na Deliberação nº 057/1970 do CONFEA, na Lei nº 12.378/2010 e na Resolução nº 021/2012 do CAU/BR e na Resolução nº 1073/2016 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA ou de demais Conselhos de Classe para os demais profissionais de outras categoria profissionais;
- b. quando utilizados para demonstrar a capacidade técnica dos profissionais devem: ser emitidos por Órgãos Públicos ou Empresas Privadas contratantes dos serviços, estar devidamente registrados no CREA ou no CAU da região onde os serviços foram executados, ser acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas por aqueles Conselhos ou demais Conselhos de Classe para as outras categoria profissionais.
- c. quando utilizados para demonstrar a capacidade técnica das empresas devem ser emitidos por Órgãos Públicos ou Empresas Privadas contratantes dos serviços. E quando solicitadas, os licitantes deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando,

dentre outros documentos, cópia do Contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

d. constar, preferencialmente, em destaque, os seguintes dados:

- data de início e término dos serviços;
- local de execução; nome do Contratante e da pessoa jurídica contratada;
- nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA e/ou CAU e /ou demais Conselhos;
- especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados (somente para a comprovação de experiência do Licitante).

8.12. Em caso de Empresas detentoras de Atestados ou Contratos executados no exterior, estes deverão ser devidamente registrados nas Entidades Profissionais Competentes.

8.13. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão estar legalizados em seu país de origem, ou seja, notariados, consularizados e traduzidos para o português, por Tradutor Público, com sua firma reconhecida e registrado em Cartório de Títulos e Documentos.

8.14. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão estar legalizados em seu país de origem, ou seja, notariados, consularizados e registrados em Cartório de Títulos e Documentos.

9. PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente Licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de Sistema COMPRASNET, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O encaminhamento da Proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento as exigências de habilitação previstas neste Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua Proposta e seus Lances.

9.3. O modo de disputa será o ABERTO.

9.4. Os Licitantes apresentarão suas propostas em sessão pública por meio de lances públicos, sucessivos e decrescentes.

9.5. Após a definição da Melhor Proposta, a Comissão do RDC verificará a diferença de valores apresentada entre a primeira e a segunda classificadas, podendo o Presidente da Comissão reabrir a fase de lances, caso essa diferença seja superior a **10% (dez por cento)**.

9.5.1. A reabertura da fase de lances tem por objetivo aproximar as demais propostas do valor apresentado pela primeira colocada.

9.5.1.1. A primeira colocada não participará dessa fase de reabertura e não haverá alteração da sua classificação, apenas dos Licitantes subsequentes.

9.5.2. Reaberta a etapa competitiva, os Licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

9.5.3. Lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.

9.6. Havendo a adoção de fase aberta, com ou sem combinação, os lances seguirão as seguintes regras:

9.6.1. Iniciada a etapa, os Licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.6.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

9.6.2. Os Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.6.3. O Licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.6.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **0,1 % (um décimo por cento)**.

9.6.5. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo Licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos.

9.6.6. Os lances enviados em desacordo com o item acima serão descartados automaticamente pelo sistema.

9.6.7. Em caso de falha no Sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo presidente da Comissão de Licitação do RDC, com registro da ocorrência em campo próprio do sistema e comunicação imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

9.6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os Licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do Licitante.

9.6.10. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Presidente da Comissão do RDC, que informará, com cinco minutos de antecedência, o horário previsto. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.6.10.1. É facultada a apresentação, pelos Licitantes, de lances intermediários.

9.6.10.2. São considerados intermediários os lances:

- a. iguais ou inferiores ao maior já ofertado, mas superiores ao último lance dado pelo próprio Licitante, quando adotado o julgamento pelo critério da maior oferta de preço; ou
- b. iguais ou superiores ao menor já ofertado, mas inferiores ao último lance dado pelo próprio Licitante, quando adotados os demais critérios de julgamento.

9.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Comissão de Licitação e os Licitantes.

9.8. No caso de desconexão com a Comissão do RDC, no decorrer da etapa competitiva do RDC, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos Licitantes para a recepção dos lances.

9.9. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da Comissão do RDC aos participantes.

9.10. Encerrada a fase de apresentação de propostas ou lances, o sistema identificará em coluna própria as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for Empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.11. Nessas condições, as propostas de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.12. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.13. Caso a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais Licitantes Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.14. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

9.15. Após a aplicação do disposto no subitem anterior, persistindo o empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

9.16. Disputa final, em que os Licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada em ato contínuo à classificação:

- a. avaliação do desempenho contratual prévio dos Licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;
- b. sorteio em sessão pública.

9.17. Durante a fase de lances, a CPL poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

10. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

10.1. O julgamento das Propostas Técnicas enviadas ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva de preços, quando o sistema COMPRASNET disponibilizará as Propostas Técnicas para a Comissão de Licitação.

10.2. Será atribuída à Proposta Técnica a Nota da Proposta Técnica (NPT), que poderá variar de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo IV – Critérios de Elaboração e Julgamento da Proposta Técnica.

10.3. Serão desclassificadas as Propostas Técnicas que:

- a. deixarem de apresentar quaisquer documentos ou informações exigidas no item “Regras de Apresentação da Proposta Técnica”, ou;
- b. apresentarem quaisquer documentos ou informações exigidas no item “Regras de Apresentação da Proposta Técnica” em desacordo com as condições prescritas neste Edital, ou;
- c. incluírem a indicação de um mesmo profissional para mais de uma função na Equipe Técnica, ou;
- d. apresentarem preços ou indicações de custos relativos à Proposta de Preços, ou;
- e. que resultarem em valor Nota da Proposta Técnica (NPT) inferior a 70 (setenta) pontos e/ou as Propostas que apresentarem quaisquer das notas parciais (PT 1 ou PT 2) inferiores a 50% (cinquenta por cento) da Pontuação Máxima.

10.4. Serão divulgados os resultados das Propostas Técnicas dos Licitantes participantes, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, ocasião em que será aberto prazo para registro de intenção de recurso.

11. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

11.1. A data-base da Proposta de Preços será aquela do Orçamento de Referência da Administração, constante do item “Preço e Fonte de Recurso”, deste Edital.

11.2. Para efeito de pontuação para a Proposta de Preço do Licitante, serão adotados os critérios de avaliação a seguir:

11.2.1. Será atribuída pela Comissão, a cada Licitante, uma “Nota de Proposta de Preço” (NPP), que poderá variar de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

11.2.2. Este critério será avaliado com base no custo total dos serviços, seguindo a regra básica de que a proposta que apresentar o menor valor obterá a melhor nota, conforme Equação a seguir:

$$NPP = \frac{100 * MPVO}{P}$$

Onde:

NPP = Nota da Proposta de Preço

MPVO = Menor Preço Válido Ofertado

P = Valor da Proposta em Exame

11.2.3. As notas calculadas serão arredondadas até os centésimos consoantes à norma da ABNT NBR 5891/1977 – Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

12. NOTA FINAL

12.1. A atribuição da Nota Final (NF) será feita pelo somatório das notas da Proposta Técnica e da Proposta de Preços, sendo a Nota da Proposta Técnica (NPT) com peso de 70% (setenta por cento) e a Nota da Proposta de Preço (NPP) com peso de 30% (trinta por cento), totalizando um percentual de 100% (cem por cento).

12.2. A Nota da Proposta Técnica (NPT) totalizará, no máximo, 100 (cem) pontos conforme os critérios definidos no item Julgamento das Propostas Técnicas.

12.3. A Nota da Proposta de Preço (NPP) totalizará, no máximo, 100 (cem) pontos, conforme os critérios definidos no item Julgamento das Propostas de Preços.

12.4. O cálculo da Nota Final (NF) dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnica e de preço, conforme apresentado a seguir:

Onde:

NF = Nota Final

$$NF = \frac{70xNPT + 30xNPP}{100}$$

NPT = Nota da Proposta Técnica

NPP = Nota da Proposta de Preço.

12.5. Após a análise das propostas técnicas de todos os Licitantes, pela Comissão, o Sistema COMPRASNET ordenará as propostas em ordem decrescente dos valores das Notas Finais.

12.6. Observado o disposto no item precedente, o Licitante classificado em primeiro lugar será o que atingir a Maior Nota Final.

12.7. Havendo empate entre duas ou mais propostas na Nota Final, será assegurada a preferência de acordo com a Legislação vigente.

12.7.1. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os Licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

12.8. A Comissão poderá negociar condições mais vantajosas com o Primeiro Colocado.

12.8.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais Licitantes.

12.9. No cálculo da Nota da Proposta Técnica, da Nota da Proposta de Preços e da Nota Final, serão arredondadas até os centésimos, consoante a norma da ABNT NBR-5891 - Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

12.10. A Comissão Permanente de Licitação publicará no site http://sisel.mdr.gov.br/consulta_edital.php, o relatório do julgamento referente ao exame da "Proposta Técnica" e "Proposta de Preços" de cada Licitante por meio de parecer conclusivo.

13. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. Após o julgamento das propostas apresentadas, a Comissão de RDC classificará as propostas por ordem decrescente da Nota Final.

13.2. O Licitante classificado em primeiro lugar será convocado a apresentar, por meio eletrônico, Documentação de Habilitação, conforme item Habilitação, e Proposta de Preços Adequada ao Lance, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.3. A Proposta de Preços Adequada ao Lance deverá conter os documentos relacionados a seguir:

a. Termo da Proposta Comercial, conforme o Modelo constante do Anexo I, deste Edital, assinada, pelo Representante Legal do Licitante ou do Consórcio, contendo os preços global e unitários ofertados, em Real, na data-base estabelecida neste Edital e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação;

b. Planilhas de Preços Unitários de Salários, de Custos Diretos, devidamente preenchidas, com clareza e sem rasuras, conforme constante do Anexo V – Orçamento de Referência, deste Edital;

c. Cronograma de Desembolso, conforme constante do Anexo V – Orçamento de Referência, deste Edital;

d. Demonstrativo dos Encargos Sociais, Custos Administrativos e Despesas Fiscais;

e. Demonstrativo do BDI, discriminando todas as parcelas que o compõem;

f. a proposta deverá conter, ainda:

i. prazo de validade de, no mínimo, **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação, conforme estabelecido neste Edital;

ii. declaração expressa de estarem incluídos no preço cotado todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste RDC, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;

iii. razão social, o CNPJ, a referência ao número do Edital do RDC, o endereço completo, bem como o número de sua conta corrente, o nome do banco e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos;

iv. meios de comunicação disponíveis para contato, como por exemplo: telefone e e-mail;

v. comprovação das alíquotas adotadas para as despesas fiscais;

vi. indicação dos quantitativos e dos custos unitários, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba.

13.3.1. A economicidade da proposta será aferida com base nos custos globais e unitários, conforme art. 42, do Decreto nº 7.581/2011.

13.3.2. O valor global da proposta não poderá superar o orçamento estimado pela administração pública, com base nos parâmetros previstos nos §§ 3º, 4º ou 6º do art. 8º da Lei nº 12.462, de 2011.

13.3.3. Os custos unitários dos itens materialmente relevantes das propostas não podem exceder os custos unitários estabelecidos no orçamento estimado pela administração pública, observadas as seguintes condições:

- a. serão considerados itens materialmente relevantes aqueles de maior impacto no valor total da proposta e que, somados, representem pelo menos oitenta por cento do valor total do orçamento estimado ou que sejam considerados essenciais à funcionalidade da obra ou do serviço de engenharia;
- b. em situações especiais, devidamente comprovadas pelo licitante em relatório técnico circunstanciado aprovado pela administração pública, poderão ser aceitos custos unitários superiores àqueles constantes do orçamento estimado em relação aos itens materialmente relevantes, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle, dispensada a compensação em qualquer outro serviço do orçamento de referência;
- c. Não havendo aprovação, pela administração, do relatório técnico circunstanciado de que trata este item, será dada oportunidade ao licitante para ajustar a sua planilha de preços ao lance vencedor, obedecendo os limites dos custos unitários, antes de eventual desclassificação.

13.4. Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

13.5. As alíquotas de tributos cotadas pelo Licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.

13.6. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido – CSLL, não deverão ser incluídos no BDI.

13.7. Os Licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no Art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

13.8. As Empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006.

13.9. A composição de encargos sociais das Empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispões o Art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

13.10. Na análise da Proposta de Preços Adequada ao Lance será verificado o atendimento a todas as especificações e condições, estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

13.11. A Comissão verificará a conformidade dos seus preços global e unitários em relação ao orçamento previamente estimado para a contratação, bem como a sua adequação com os requisitos do instrumento convocatório, promovendo a desclassificação, mediante decisão motivada, da proposta que:

- a. contenha vícios insanáveis;
- b. não obedeça às especificações técnicas previstas no Instrumento Convocatório;
- c. apresentar preço manifestamente inexequível ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
- d. não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública;
- e. apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável;
- f. apresente qualquer oferta de vantagem baseada em proposta das demais Licitantes ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo Licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço:

- a. o ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- b. considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

13.13. Consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a. média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela Administração Pública; ou,
- b. valor do orçamento estimado pela Administração Pública.

13.14. Na situação do item anterior, a Administração deverá conferir ao Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, mediante diligências na forma deste Edital, hipótese em que o Licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários.

13.15. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

13.16. Sem prejuízo do disposto no item anterior, a Comissão do RDC poderá, de ofício ou mediante provocação fundamentada de qualquer interessado, realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada:

- a. é facultada à Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo Licitante, antes de findo o prazo;
- b. na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

13.17. O Licitante que abandonar o certame ou deixar de enviar a documentação indicada nesta condição será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital e demais legislações pertinentes a matéria.

13.18. Havendo necessidade, a Comissão de Licitação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

13.19. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Comissão verificará a habilitação do Licitante, observado o disposto neste Edital.

14. **HABILITAÇÃO**

14.1. Depois de avaliada a Proposta de Preços Adequada ao Lance, e esta sendo considerada pela Comissão em conformidade com os requisitos deste Edital, a Comissão passará à avaliação da Habilitação Jurídica, da Qualificação Econômico-Financeira e da Regularidade Fiscal e Trabalhista do Licitante com a Proposta de Maior Vantajosidade, mediante consulta “on-line” no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, sendo verificados os níveis validados referentes:

- a. ao Credenciamento;
- b. à Habilitação Jurídica;
- c. à Regularidade Fiscal Federal
 - i. Receita Federal do Brasil – Receita
 - ii. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS
 - iii. Instituto Nacional de Seguro Social – INSS
- d. à Regularidade Estadual/Municipal
 - i. Receita Estadual/Distrital
 - ii. Receita Municipal
- e. à Qualificação Econômico-Financeira
 - i. a comprovação de boa situação financeira da Empresa por meio dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser maiores ou iguais a 1,00 (um inteiro), bem como pelo Patrimônio Líquido que deverá obedecer ao especificado no item 14.6.4.d) deste Edital.

14.2. Será verificada a composição societária das Empresas a serem contratadas, no sistema SICAF, para comprovar a inexistência de Servidores do Órgão Contratante na relação de Sócios.

14.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do Licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Comissão de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à Existência de Sanção que Impeça a Participação no Certame ou a Futura Contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

14.3.1. Para a consulta de Licitantes Pessoa Jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c”, “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

14.3.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da Empresa Licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

a. caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das Empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas:

- i. a tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- ii. o Licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

b. constatada a existência de sanção, a Comissão de Licitação reputará o Licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

c. no caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos Licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

14.5. O Licitante classificado em primeiro lugar será convocado a encaminhar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, juntamente com a Proposta de Preços Adequada ao Lance, documentação válida que comprove o atendimento das exigências de Habilitação deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas, conforme estatui o Art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

14.5.1. Não serão aceitos Documentos de Habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.5.2. Se o Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.5.3. Serão aceitos registros de CNPJ de Licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14.6. Ressalvado o disposto no item 14.4, os Licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

14.6.1. Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação.

14.6.2. Habilitação Jurídica

- a. registro comercial, no caso de Empresa individual;
- b. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com suas alterações, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;
- c. inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- d. quando for o caso, Compromisso de Constituição do Consórcio, na forma do item 5 deste Edital, que trata da participação sob a forma de Consórcio;
- e. decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.6.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b. prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- c. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da Empresa, na forma e validade da lei, sendo aceita as seguintes certidões:
 - i. Certidão Negativa de Tributos Federais expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, em vigência, incluindo Certidão Quanto à Dívida Ativa da União;
 - ii. Certidão Negativa de Tributos Estaduais emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado onde se situa a sede da Empresa;
 - iii. Certidão Negativa de Tributos Municipais emitida pelo Órgão de Tributação da Prefeitura Municipal da sede da Empresa;
- d. prova de regularidade relativa à Seguridade Social:
 - i. Certidão Negativa de Débito – CND, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1/2010;
 - ii. Prova de Regularidade para com a Seguridade Social – INSS e a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- e. Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS obtida por meio de Certidão de Regularidade de Fornecedor, emitida pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- f. Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos Perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e instituída pela Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
- g. caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.6.4. Qualificação Econômico-Financeira

- a. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do Licitante;
- b. no caso de Certidão Positiva de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, o Licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo Plano de Recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do Art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;
- c. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do Último Exercício Social, já exigíveis, apresentados e publicados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da Empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da Proposta (no caso de Sociedades Anônimas,

observadas as exceções legais, apresentar as publicações do Balanço efetivadas na Imprensa Oficial e Demonstrações Contábeis e da Ata de Aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial):

- i. no caso de Empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
 - ii. é admissível o Balanço intermediário, se decorrer de lei ou Contrato / Estatuto Social;
 - iii. quando houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis e autenticadas, das páginas do Livro Diário Geral onde os mesmos foram transcritos, devidamente assinados pelo Contador do Licitante
- d. comprovação de Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua Proposta de Preços, após a fase de lances, comprovado conforme a seguir:
- i. em se tratando de Consórcio, fica estabelecido um acréscimo de 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para o Licitante individual, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação;
 - ii. a expressão “na proporção de sua respectiva participação” significa dizer que cada Empresa componente do Consórcio, multiplicará o percentual de sua participação no Consórcio pelo seu efetivo Patrimônio Líquido, devendo a soma dos valores assim calculados para todas as Empresas do Consórcio ser, no mínimo, o Patrimônio Líquido exigido na alínea anterior, deste item;
- e. qualificação Econômico-Financeira adotando-se o seguinte critério:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

onde:

LG – Liquidez Geral;

SG – Solvência Geral;

LC – Liquidez Corrente.

- i. a comprovação de boa situação financeira da Empresa será definida por meio dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser maiores ou iguais a 1,00 (um inteiro);
- ii. em caso de Consórcio, deverá haver a demonstração, através de cada consorciado, do atendimento aos requisitos contábeis definidos neste Edital.

14.6.5. Documentos de Qualificação Técnica:

- a. inscrição ou registro do Licitante Individual ou das Consorciadas junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia competente da região a que estiver vinculado o Licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto, em plena validade;

b. comprovação de que o Licitante possui em seu quadro técnico, na data da entrega da Proposta, profissional(is) de nível superior, detentor(es) de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica fornecido(s) por Pessoas Jurídicas de Direito Público ou Privado, devidamente certificados pelo CREA ou Órgão de Classe Profissional equivalente, acompanhados das Certidões de Acervo Técnico (CAT), comprovando experiência em Execução ou Acompanhamento de Medidas, Planos e Programas Ambientais em Empreendimentos de Infraestrutura de Obras de Usinas Hidrelétricas ou Sistemas de Abastecimento de Água ou Sistemas de Esgotamento Sanitário ou Barragens ou Adutoras ou Canais de Adução;

c. o atestado de comprovação da experiência Execução ou Acompanhamento de Medidas, Planos e Programas Ambientais deverá contemplar os seguintes Programas Básicos Ambientais, em um ou mais atestados, limitados a oito atestados:

- Plano de Gestão, Controle Ambiental e Social das Obras
- Plano Ambiental de Construção – PAC
- Programa de Comunicação Social
- Programa de Educação Ambiental
- Programa de Treinamento e Capacitação de Técnicos das Obras em Questões Ambientais
- Programa de Reassentamento de Populações
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD
- Programa de Supressão de Vegetação das Áreas de Obra e Limpeza de Reservatórios
- Programa de Conservação e Uso do Entorno e das Águas dos Reservatórios
- Programa de Monitoramento de Vetores e Hospedeiros de Doenças
- Programa de Monitoramento da Qualidade da Água e Limnologia
- Programa de Cadastramento de Fontes Hídricas Subterrâneas
- Programa de Monitoramento de Processos Erosivos
- Programa de Relocação das Infraestruturas a Serem Afetadas pela Implantação do Empreendimento

d. entende-se por Atestado de Responsabilidade Técnica, devidamente certificado pelo Conselho Profissional competente, a apresentação da Certidão de Acervo Técnico (CAT) e do atestado que a originou;

e. deverá ser anexada a Comprovação de Vinculação do Profissional Detentor do Acervo Técnico, podendo ser: Contrato de Prestação de Serviços, ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social do Empregado, ou Contrato Social ou Estatuto Social, devidamente registrado no órgão competente, ou cópia de Certidão expedida pelo Conselho Profissional competente da sede ou filial do Licitante, onde conste o Registro do Profissional como Responsável Técnico; ou Declaração de Contratação Futura do Profissional Detentor do Atestado apresentado, desde que acompanhada de Declaração de Anuência do Profissional;

f. os Licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do Contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia;

g. Declaração de Visita ao Local das Obras, emitida pelo MDR, em nome do Licitante, de que ela, preferencialmente, por intermédio de integrante do seu quadro de Responsáveis Técnicos,

visitou os locais onde serão executadas as obras/serviços, tomando conhecimento dos aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução mesmos.

h. A visita técnica deverá ser realizada até a data de entrega das propostas devendo ser previamente agendada mediante contato com a Comissão de Julgamento da Licitação, o que deverá ser feito através do telefone (61) 2034.4518. A visita deverá ser agendada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias antes da data da sessão definida neste Edital.

i. A Empresa Licitante, a seu critério, poderá declinar da visita, sendo, neste caso, necessário apresentar Declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

14.7. No caso de inabilitação do primeiro classificado, a Proposta de Preços Adequada ao Lance e a Documentação Complementar de Habilitação da Participante subsequente, na ordem de classificação, serão requeridas e avaliadas pela Comissão e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital. Também nessa etapa, a Comissão poderá negociar com o Licitante para que seja obtida uma proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

14.8. No caso do Licitante atender às exigências habilitatórias, este será convocado a enviar eletronicamente, pelo COMPRASNET, a sua Proposta de Preços Adequada ao Lance, a sua Proposta Técnica e a sua Documentação Complementar de Habilitação.

14.8.1. Os documentos emitidos por terceiros tais como, certidões, pareceres de auditoria, balanço patrimonial e outros que se fizerem necessários, poderão ser apresentados em seu original ou cópia autenticada por Cartório competente, não havendo necessidade de estarem copiados em papel timbrado da Empresa.

14.8.2. Todas as folhas da documentação deverão estar rubricadas pelo Representante Legal do Licitante ou do Consórcio e numeradas sequencialmente, da primeira à última folha, de modo a refletir o seu número exato.

14.8.3. O conteúdo das documentações entregues eletronicamente (Proposta de Preços Adequada ao Lance e a Documentação de Habilitação), deverão refletir o conteúdo original, sob pena de desclassificação do Licitante e aplicação das sanções administrativas constantes deste Edital.

14.9. Tendo sido recebida a documentação exigida e constatado o atendimento pleno às exigências do Edital, o Licitante será declarado vencedor do certame e, não havendo interposição de recurso, a Comissão encaminhará os autos à Autoridade Superior, que deliberará acerca da adjudicação do objeto à vencedora, bem como quanto à homologação da Licitação, procedendo, posteriormente, a convocação do adjudicatário para a assinar o Contrato.

14.10. Caso o Licitante Vencedor venha a ser um Consórcio, este deverá apresentar seu Instrumento Consorcial devidamente formalizado, de acordo com o que estabelece o Art. 51, Inciso I, do Decreto nº 7.581/2011, e devidamente registrado na Junta Comercial ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos, de acordo com a natureza das Empresas Consorciadas, constando, no mínimo, as condições estipuladas no item 5 deste Edital, que trata da Participação de Empresas Sob a Forma de Consórcio.

14.11. Após a Homologação do resultado desta Licitação, antes da assinatura do Contrato decorrente ou durante a execução deste, poderá ser permitido que o Licitante vencedor ou Contratada passe por processo de Fusão, Incorporação ou Cisão, desde que sejam observados pela(s) nova(s) Empresa(s) os requisitos de Habilitação previstos no Edital e que sejam mantidas as condições estabelecidas no(s) Contrato(s) original(is), quando já contratado, sendo que, em qualquer uma das hipóteses, o MDR deverá ser notificado do processo e deliberará sobre a sua aceitação.

15. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

15.1. Dos atos da Administração Pública decorrentes da aplicação desta Licitação caberá pedido de esclarecimento no prazo de até 5 (cinco) dias úteis antes da data de abertura das propostas, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail psf.licitacao@mdr.gov.br.

15.2. Dos atos da Administração Pública decorrentes da aplicação desta Licitação caberá impugnação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis antes da data de abertura das propostas, preferencialmente na forma eletrônica, através do e-mail psf.licitacao@mdr.gov.br ou protocolada no endereço estabelecido no item 1.2, deste Edital.

15.3. A resposta do Presidente da Comissão aos esclarecimentos e impugnações será divulgada mediante publicação no site do Ministério do Desenvolvimento Regional, no endereço http://sisel.mdr.gov.br/consulta_edital.php, no caderno de Perguntas e Respostas, publicado até o dia anterior à abertura da sessão pública deste certame, ficando as Empresas interessadas em participar do certame, obrigadas a acessar o endereço para a obtenção das informações prestadas.

15.4. Caberá à Comissão decidir motivadamente pela prorrogação de prazo de apresentação de propostas quando quaisquer esclarecimentos afetarem a sua preparação.

15.5. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos e providências não têm efeito suspensivo.

15.6. Decairá do direito de impugnar e de pedir esclarecimentos nos termos deste Edital perante o MDR o Licitante que não o fizer até o 5º (quinto) dia útil que anteceder à data prevista para a abertura da Sessão Pública, apontando as falhas ou irregularidades que o viciou, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

15.7. Dos atos da Administração Pública decorrentes da aplicação desta Licitação caberá recurso no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata, em face:

- a. do ato de habilitação ou inabilitação do Licitante;
- b. do julgamento das propostas;
- c. da anulação ou revogação da Licitação;
- d. da rescisão do Contrato, nas hipóteses previstas no Inciso I do Art. 79 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- e. da aplicação das penas de advertência, multa, declaração de inidoneidade, suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública.
- f. Dos atos da Administração Pública decorrentes da aplicação desta Licitação caberá representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação, relativamente a atos de que não caiba recurso hierárquico.
- g. Os Licitantes que desejarem apresentar os recursos em face do ato de habilitação, inabilitação ou do julgamento das propostas deverão manifestar motivadamente e imediatamente a sua intenção de recorrer, via sistema, sob pena de preclusão.

15.8. É assegurado aos Licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

15.10. Os prazos previstos neste Edital iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito do órgão ou entidade.

15.11. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido, cabendo a esta reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão do recurso ser proferida

dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento, sob pena de apuração de responsabilidade, tudo isso por meio eletrônico.

15.12. Declarado o vencedor, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer Licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

15.13. O Licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ficando as demais Licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

15.14. Serão desconsiderados pela Comissão os recursos interpostos fora do meio eletrônico – sistema COMPRASNET.

15.15. Caso a Comissão decida pela improcedência do recurso, a questão será apreciada pela Autoridade Competente para homologar o resultado final, que poderá ratificar ou não a decisão da Comissão antes da adjudicação.

15.16. Caso não ratifique a decisão da Comissão, a Autoridade Competente determinará as medidas que julgar cabíveis no caso.

15.17. O recurso contra a decisão da Comissão não terá efeito suspensivo.

15.18. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério do Desenvolvimento Regional, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 (oito) às 12:00 (doze) horas e das 14:00 (catorze) às 17:30 (dezesete e trinta) horas, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 9º Andar, Sala 923, Brasília – DF.

15.19. Aplica-se a este RDC Eletrônico, o disposto no Art. 113 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16. **ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

16.1. Finalizada a fase recursal, a Administração Pública poderá negociar condições mais vantajosas com o Primeiro Colocado.

16.2. Exaurida a negociação acima, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente poderá:

- a. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supríveis;
- b. anular o procedimento, no todo ou em parte, por vício insanável;
- c. revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade; ou,
- d. adjudicar o objeto, homologar a Licitação e convocar o Licitante vencedor para a assinatura do Contrato, preferencialmente em ato único.

16.3. Caberá recurso no prazo de cinco dias úteis contado a partir da data da anulação ou revogação da Licitação, observado o disposto no item Dos Pedidos de Esclarecimentos, Impugnações e Recursos desse Edital, no que couber.

16.4. Encerrada a Licitação, a Comissão divulgará no site http://sisel.mdr.gov.br/consulta_edital.php, os atos de adjudicação do objeto e de homologação do Certame.

17. **PAGAMENTOS**

17.1. Os Critérios de Medição e Pagamento dos serviços realizados pela Contratada, estão descritas no Anexo III – Termo de Referência, deste Edital.

18. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

18.1. As condições de reajustamento dos preços, relativos aos pagamentos pelos serviços realizados pela Contratada, estão descritas no Anexo III – Termo de Referência, deste Edital.

19. OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

19.1. A adjudicatária deverá manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Art. 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

19.2. Se o Contratante relevar o descumprimento no todo ou em parte de quaisquer obrigações do Licitante Adjudicatário, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas obrigações, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma omissão ou tolerância houvesse ocorrido.

19.3. No caso do Licitante Adjudicatário não cumprir as condições deste Edital e seus Anexos, não apresentar a Garantia de Execução do Contrato e o Seguro de Risco, não assinar o Contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidas, é facultado ao MDR:

- a. revogar a Licitação, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas no Art. 47 da Lei nº 12.462/2011 e neste Edital;
- b. convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do Contrato nas mesmas condições ofertadas pelo Licitante Vencedor.

19.4. Na hipótese de nenhuma das Licitantes aceitar a contratação nos termos deste item, o Contratante poderá reconvocá-los, na ordem de classificação, para a celebração do Contrato nas condições ofertadas por estas, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação.

20. TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

20.1. Após a homologação da Licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

20.2. O Vencedor terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

20.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

20.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

20.3. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em Licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no Art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do Art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

20.3.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de Contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

20.3.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, a Contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e anexos.

20.4. Na assinatura do Contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo Licitante durante a vigência do Contrato.

21. **ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Anexo III – Termo de Referência, deste Edital.

22. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

22.1. Comete infração administrativa, nos termos do Art. 47 da Lei nº 12.462, de 2011, o Licitante que:

- a. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o Contrato, inclusive nas hipóteses previstas no item 20.2 deste Edital;
- b. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;
- c. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da Licitação sem motivo justificado;
- d. não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- e. fraudar a Licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do Contrato;
- f. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou
- g. der causa à inexecução total ou parcial do Contrato.

22.2. Considera-se comportamento inidôneo a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os Licitantes, em qualquer momento da Licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. O Licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b. multa de até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do Licitante;
- c. suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d. impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no Contrato, bem como das demais cominações legais.
- e. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

22.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração

da responsabilidade da Empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do Licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 12.462, de 2011, e subsidiariamente nas Leis nº 8.666, de 1993 e 9.784, de 1999.

22.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23. **GARANTIA DE EXECUÇÃO E DE SEGURO DE RISCO**

23.1. Como garantia da completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, a Contratada deverá entregar ao Contratante antes da assinatura do Contrato, uma "Garantia de Fiel Execução" correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato (importância segurada), com prazo de vigência não inferior ao prazo de vigência do Contrato, em uma das seguintes modalidades:

a. Caução em Dinheiro:

- a Caução em dinheiro pode ser efetivada por pagamento de boleto bancário ou depósito identificado em conta corrente específica, a critério do Contratante;
- a caução em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pelo MDR, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem do MDR;

b. Títulos da Dívida Pública, desde que emitidos pelo Tesouro Nacional e custodiados na CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, sob a fiscalização do Banco Central do Brasil, ou junto a instituições financeiras, sob as regras do SELIC – Sistema Especial de Liquidez e Custódia de Títulos Públicos Federais (devem, ainda, ser revestidos de liquidez livremente negociados no mercado de valores mobiliários, e, ainda, sua titularidade estar gravada em nome da Empresa Contratada);

c. Fiança Bancária;

d. Seguro-Garantia:

- via original da apólice completa, ou seja, com as Especificações Técnicas do Seguro, Condições Gerais e as Condições Especiais da Garantia, impressas em seu verso ou anexas (alternativamente, poderá ser emitida apólice com certificação digital);

- a apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP;
- a apólice deve contemplar a cobertura para riscos Trabalhistas e Previdenciários;
- a apólice deve prever a cobertura para multas contratuais impostas à Contratada;
- a apólice deverá estar assinada, com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados;
- a apólice deve atender à CIRCULAR SUSEP Nº 477, de 30 de setembro de 2013 e seu Anexo I e aquelas que porventura venham a complementá-las ou substituí-las;
- para apólices com Importância Segurada superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), deve ser apresentado documento comprobatório do resseguro da apólice;
- o seguro-garantia deverá ser livre de franquia;
- na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:
 - número completo da Licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato;
 - objeto a ser contratado, especificado neste Edital;
 - nome e número do CNPJ do Segurado (Contratante);
 - nome e número do CNPJ do Emitente (Seguradora);
 - nome e número do CNPJ da Contratada (Tomadora da Apólice).

23.2. As apólices de seguro, em todas as suas modalidades, e/ou cartas de fiança, e seus endossos e aditamentos, devem expressar o Contratante como SEGURADO e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula.

23.2.1. A garantia visa assegurar o pleno cumprimento, pela Contratada, das obrigações estipuladas neste Edital.

23.3. Sobre o valor da caução prestada em dinheiro, incidirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, “pro rata tempore”, atualizada a partir da data de recolhimento ao Contratante.

23.4. O Montante dessa “Garantia de Fiel Execução”, determinado com base no Art. 56, parágrafo 3º da Lei nº 8.666/93 é devido ao volume de recursos financeiros envolvidos, ao limite imposto para penalização da Contratada, às magnitudes e especificidades dos serviços, bem como as características físicas e ambientais envolvidas.

23.5. Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas “a” e “b” do § 1º do Artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do Contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor referido no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

23.6. A liberação das garantias estará condicionada à emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços, conforme está fixado na “Minuta de Contrato”, Anexa ao Edital, mediante requerimento da Contratada e, desde que, cumpridas todas as obrigações contratuais.

23.7. O depósito da caução é condicionante para a emissão da Nota de Empenho.

23.8. Não haverá qualquer restituição de caução em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a caução reverterá e será apropriada pelo MDR.

23.9. Quando se tratar de Consórcio, as garantias de Cumprimento do Contrato poderão ser apresentadas integralmente pela Empresa líder do Consórcio, ou através de cada uma das Empresas integrantes deste, com os valores proporcionais à sua participação no Consórcio.

23.10. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, na forma do Art. 70, da Lei nº 8.666/93. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, inclusive no caso de subcontratação, quando ficará solidariamente responsável com a Subcontratada pelo cumprimento dessas obrigações. A inadimplência da Contratada ou da Subcontratada com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao Contratante a responsabilidade sobre o seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o registro de imóveis, consoante o disposto no § 1º do Art. 71, da Lei nº 8.666/93.

23.11. Correrão por conta da Contratada todos os danos ou prejuízos, cuja responsabilidade lhe caiba e não estejam cobertos por seguros, assim como as franquias, obrigatórias ou não, consignadas nas apólices.

24. FISCALIZAÇÃO

24.1. A Fiscalização dos serviços será feita diretamente pelo Contratante, a quem compete verificar se a Contratada está executando os trabalhos, observando o Contrato e os documentos que o integram.

24.2. A Fiscalização (MDR) terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT, com as especificações técnicas e com a melhor técnica consagrada pelo uso, ficando a Contratada obrigada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização (MDR), aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

24.3. A Fiscalização (MDR) terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento do fato ao MDR, responsável pela gestão do Contrato.

24.4. Cabe à Fiscalização (MDR) verificar a ocorrência de fatos para os quais possa vir a ser estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização (MDR) informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação da falta incorrida.

24.5. Das decisões da Fiscalização (MDR), poderá a Contratada recorrer ao MDR, responsável pelo acompanhamento do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação.

24.6. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização do MDR não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto do Contrato.

25. DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. Da sessão pública do RDC Eletrônico divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico, após o encerramento da Licitação.

25.1.1. Na ata da sessão pública deverá constar o registro dos Licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação, da(s) vencedora(s) e da manifestação da intenção de interposição de recurso(s), se for o caso.

25.1.2. Os demais atos licitatórios serão registrados no processo da Licitação, via Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

25.2. O Licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus Anexos, pois a simples apresentação da PROPOSTA DE PREÇOS submete o Licitante à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em Licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

25.2.1. No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus Anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

25.3. O Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a adjudicatária, a rescisão do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

25.4. O MDR reserva a si o direito de revogar a presente Licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como adiar “sine die” ou prorrogar o prazo para recebimento da proposta, desclassificar qualquer proposta ou desqualificar qualquer Licitante, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial do Licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

25.5. O Contrato se adequará de pronto às condições que vierem a ser baixadas pelo Poder Executivo ou Legislativo, no tocante à política econômica brasileira, se delas divergentes.

25.6. É facultado à Comissão, em qualquer fase da Licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na Documentação de Habilitação ou complementar a instrução do processo.

25.7. Todas as informações pertinentes à presente Licitação serão disponibilizadas no site http://sisel.mdr.gov.br/consulta_edital.php.

25.8. Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta, deverá o Licitante, independente de comunicação formal do Contratante, revalidar, por igual período, o documento, sob pena de ser declarada desistente do feito licitatório.

25.9. Este Edital e seus elementos constitutivos, bem como a proposta do Licitante Vencedor, farão parte integrante do Contrato a ser firmado entre as partes, independentemente de transcrição.

25.10. As regras do Edital, do Termo de Referência e dos Anexos, foram elaboradas e estabelecidas pela área técnica deste Ministério.

25.11. Deverão ser registradas por meio de termo aditivo, eventuais alterações que vierem a ocorrer durante a execução do Contrato, especialmente as que se referem aos serviços extras motivados pelo MDR. Os serviços extracontratuais não contemplados na planilha de preços da Contratada deverão ter seus preços previamente fixados. Os eventuais Termos Aditivos ao Contrato deverão estar em estreita consonância com o Art. 65, §1º, e Art. 57, inciso II ambos da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme o Art. 63 e 65 do Decreto Nº 7.581, de 11 de outubro de 2011. Talvez este texto deva ir para a Minuta do Contrato.

25.12. As eventuais demandas judiciais relativas ao presente Edital ou Contrato devem ser apresentadas no foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com sede na cidade de Brasília, com exclusão de qualquer outro.

26. **ANEXOS**

26.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – MODELOS DA PROPOSTA

- MODELO 1 – SUMÁRIO DA PROPOSTA TÉCNICA
- MODELO 2 – TERMO DA PROPOSTA TÉCNICA
- MODELO 3 – EXPERIÊNCIA DA EMPRESA
- MODELO 4 – RELAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA
- MODELO 5 – CURRÍCULO PROFISSIONAL
- MODELO 6 – DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA PARA INTEGRAR A EQUIPE
- MODELO 7 – CRONOGRAMA DE PERMANÊNCIA

- MODELO 8 – SUMÁRIO DA PROPOSTA COMERCIAL
- MODELO 9 – TERMO DA PROPOSTA COMERCIAL
- MODELO 10 – PLANILHA DEMONSTRATIVA DO PREÇO ORÇADO
- MODELO 11 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
- MODELO 12 – DEMONSTRATIVO DOS PREÇOS UNITÁRIOS DE MÃO DE OBRA
- MODELO 13 – DEMONSTRATIVO DE PREÇOS UNITÁRIOS DE CUSTOS DIRETOS
- MODELO 14 – DEMONSTRATIVO DO BDI

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO IV – CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

ANEXO V – ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA

Brasília, 04 de janeiro de 2022.

Antônio Luitgards Moura

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº 2.541, 07 de outubro de 2021



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Luitgards Moura, Presidente da Comissão**, em 04/01/2022, às 14:14, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3543170** e o código CRC **2DE9E0B1**.

Criado por [lays.lobes](#), versão 16 por [antonio.luitgards](#) em 04/01/2022 14:01:27.